TL 2619

INDONESIA FEITEN EN MENINGEN - Indonésia factos e opiniões
Setembro - Outubro 1982

O movimento terceiro-mundista

A História diz que na Holanda existe uma tradição no campo das acções anti-militaristas. Um exemplo de uma acção contra o envolvimento militar da Holanda em países do Terceiro Mundo foi a resistência contra as acções policionais em 1947-1949.(1) No nosso tempo já não há interesses coloniais holandeses a defender. A maior parte dos países do Terceiro Mundo tornou-se independente. Isso quer dizer que agora se trata de exportações de armamento. Já não são cidadãos holandeses que empunham as armas, mas outros. O processo de opressão ficou, assim, mais afastado de nós, e, por isso, tornou-se mais difícil mobilizar as pessoas. E ainda mais difícil quando as empresas holandesas exportam armas através das suas empresas filhas. Sendo assim, até as autoridades holandesas já não estão (formalmente) envolvidas no caso.

Acções contra o fornecimento de corvetas.

Imediatamente após se ter tornado conhecido que a Holanda ia fornecer corvetas à Indonésia, foram feitas acções contra isso. Já em Novembro de 1975 foi organizada uma picket-line em Hengelo, pelo grupo de trabalho Signaal com a colaboração do Comité Indonésia, em frente das portas da Signaal. Nesse momento já havia a ameaça de uma invasão de Timor Leste, que de facto, teria lugar a 5 de Dezembro de 1975. Foi feito um bloqueio hermeticamente fechado à volta da ilha que ainda hoje dura.
O ministro Van der Stoel (PvdA) concedeu em 1975 uma "licença temporária de exportação" à RSV para a construção das corvetas. Desde esse momento as acções do Comité Indonésia foram dirigidas unicamente para as corvetas e quando ficou claro que as corvetas seriam usadas na parte oriental do Arquipélago, as acções das corvetas foram ligadas à campanha de Timor Leste.

Só em 1977 foi possível trazer a questão de Timor Leste ao conhecimento público. Na campanha foram usadas algumas formas de acção mais ou menos "conhecidas", com as quais o Comité Indonésia pretendeu informar o parlamento, e também dar mais publicidade à questão de Timor Leste em geral. Não foi nada fácil romper o silêncio acerca de Timor Leste.

O Comité Indonésia esforçou-se por fazer com que a licença temporária fosse retirada. Nomeadamente, publicámos uma declaração para a autonomia do povo de Timor Leste, que foi apoiada por um Comité de Recomendação, apresentámos uma petição contra o fornecimento das cprvetas no parlamento e conversámos com deputados de diversos partidos. Também houve acções locais

onde foram feitas colectas a favor de Radio Maubere. Além disso, o Conselho da Foz da Reno foi pressionado e na Câmara de Hengelo foi aprovada uma moção em que se pedia ao governo para retirar a licença temporária de exportação.

O processo das corvetas

Várias vezes foram feitas perguntas no parlamento referentes às últimas notícias sobre as dezenas de milhar de vítimas entre a população de Timor Leste, a fome e o emprego de desfolhantes. Viu-se que o ministro van der Klaauw não hesitou em responder a essas perguntas com as mais descaradas mentiras. Como ele simplesmente não fazia caso de todas as notícias internacionais, e além disso negava que houvesse uma ofensiva contra Timor Leste, havia o perigo de que as corvetas fossem entregues sem que o parlamento soubesse disso.

Apesar de o movimento por Timor Leste ser grande e estivesse a aumentar, parecia, nessa altura, que se tinha chegado a um impasse. Esse impasse foi quebrado em Julho de 1979 pela iniciativa de fazer um processo-prova(2) contra o Estado da Holanda, com base na Nota de Desarmamento e nas notícias internacionais sobre a situação em Timor Leste.

O que se queria com o processo não era evitar realmente o fornecimento. Foi mais denunciar a hipocrisia das autoridades holandesas, fomentar a discussão no parlamento sobre as licenças de exportação e dar mais publicidade à guerra em Timor Leste e aos fornecimentos holandeses de armamento. O processo realizou-se no dia 7 de Janeiro de 1980. Nesse dia foram feitas picket-lines em frente das embaixadas holandesas na Inglaterra, Austrália e Portugal.

No fim do processo o juíz sentenciou que o caso não podia ser considerado viável. Essa sentença foi conforme a exigência do advogado do Estado que tinha defendido que a licença de exportação era definitiva e que já não existiria qualquer situação real de guerra em Timor Leste (ele não fêz caso de dois volumosos relatórios de testemunhas oculares australianas).

O que está descrito acima é uma retrospectiva das implicações à volta deste processo como método de acção.

Há alguns comentários a fazer ,acerca desta acção, desde pontos de vista diferentes:

- Ao apresentar o processo das corvetas no tribunal, o Comité Indonésia queria dar mais publicidade à questão de Timor Leste e aos fornecimentos de armamento. Isso foi rasoavelmente bem sucedido, apesar de aqui e ali não ser inteiramente satisfatório, e deu os seus frutos a longo prazo.
- Conseguiu-se bastante bem que outras organizações se envolvessem nas acções.

- A campanha contra as corvetas não conduziu, nesse momento,a uma investigação contínua aos fornecimentos de armamento.
- A maneira como procurámos contacto com os sindicatos e os trabalhadores das empresas foi inexperiente. Assim, a acção dentro do Sindicato da Indústria começou a levar uma espécie de vida própria (houve alguns sócios que pediram à Direcção que apoiasse o processo contra o Estado).
- Não foi justo nem táctico agudizar as acções contra as corvetas só por causa da guerra em Timor Leste. A situação no Papua Ocidental também devia ter sido envolvida nesse caso. Aliás, não existem dúvidas que, quanto a Papua Ocidental, o ministro van der Klaauw emprega a mesma política de avestruz.

O movimento pelo Terceiro Mundo

Muitos outros grupos estão activos contra o fornecimento de armas. E isso não acontece por acaso, visto que as exportações de armas aumentam fortemente. Parece que os comités dos países e grupos terceiro-mundistas sempre têm necessidade de trocar experiências que adquirem nessas acções. Recentemente isso ainda esteve à vista no dia do grupo de trabalho Bolívia e na conferência dos países pequenos do Novib. Além disso, houve um dia NIO, em que o ponto central foi o fornecimento de armas, um congresso de sócios preocupados da FNV e ainda há uma data de coisas em preparação.

Estes dias e demonstrações devem ser vistos como pequenos passos em direcção a acções mais bem sucedidas contra o fornecimento de armas.

A nossa experiência conjunta, do comité Indonésia e do grupo de trabalho Bolívia é, por exemplo, que o parlamento não está em estado de influir na resolução quanto à licença de exportação. Poder-se-ía ter melhorado isso com mais publicidade?

Para o comité Indonésia é muitas vezes difícil adquirir publicidade através dos jornais. Isso deve-se a um método errado de actuação, ou é porque as acções com respeito à Indonésia causam tanto ressentimento?

O comité Indonésia também não conseguiu envolver os trabalhadores das empresas visadas, nas acções, e nisso não está só.

Não seria melhor transmitir e avaliar as experiências que já existem?

Já houve acções dirigidas à exportação de armas em que se conseguiu um boicote, por exemplo, quanto ao Chile. Também quanto à África do Sul foram feitas campanhas coroadas de êxito (aliás, sem terem nada a ver com armas). Se argumentos que valem para um país, para outro país há a tendência de os escamotear, a discussão poderia ser levada mais longe por meio de uma acção conjunta? É que, muitas vezes, trata-se das mesmas empresas como Fokker, HSA e RSV.

Um fornecimento da Fokker ao Chile pôde ser boicotado por iniciativa do Comité Chile (1975). Lubbers aconselhou nessa altura, informalmente, o não deixar ir por diante o fornecimento. Mas os fornecimentos da Fokker à Bolívia e à Indonésia vão por diante. Onde é que está a diferença? Só no estado em que estão os direitos do homem nesses países? No método de acção? Ou no facto de que em alguns países há interesses capitais frente à violação dos direitos do homem? Mas não existem também pontos comuns, por exemplo, no que se refere aos fornecimentos da Fokker? Fundando empresas filhas a Fokker consegue escapar às barreiras que são postas à exportação e fornecer, à mesma, ao Chile e à África do Sul. Prevê-se que essa tendência de internacionalização continuará e que outros países ver-se-ão envolvidos nela. A pressão para apertar as malhas da lei de importações e exportações não devia ser apoiada por outros grupos de acção?

Colaboração

É importante saber-se se a colaboração entre grupos de acção contra o fornecimento de armamento oferece mais perspectivas. Se se pode responder afirmativamente a essa pergunta, e se se origina uma plataforma onde se pode proceder à troca de êxperiências, poder-se-ía defender a troca de experiências metódicas. Porquê? Em primeiro lugar nota-se que grupos pelo Terceiro Mundo, nas suas acções, encontram um sem número de elementos coincidentes: os mesmos produtores de armamento, países que estão situados em regiões com desenvolvimentos económicos e político-estratégicos comparáveis, o mesmo governo contra o qual se tem que lutar.

Em segundo lugar, são possíveis diferentes formas de troca de experiências, por exemplo, publicar dados sobre exportações de armas, trocar informações sobre a estrutura internacional de empresas específicas, seminários sobre um tema especial(metódico).

Mas teremos que contar com o facto de que a junção de forças encontrará dificuldades e (ainda?) não será sempre possível.

Isso é nomeadamente verdade quanto à colaboração com o movimento sindical. Este é assediado demasiado frequentemente por comités de países, que apontam para o emprego repressivo de material holandês contra as populações do Terceiro Mundo.

Os sindicatos sentem-se, então, metidos entre a espada e a parede e veem-se obrigados a aplicar o argumento dos postos de trabalho para se livrarem dessa discussão.

Está claro que, no caso da Indonésia, há mais alguma coisa em jogo do que o argumento dos postos de trabalho. Talvez até esse argumento seja empregado, em alguns casos, para encobrir a hipocrisia geral que reina no

nosso país quamto à Indonésia.

Os sindicatos

Depois da segunda Guerra Mundial houve uma reorganização profunda na indústria de construção naval. Esta reorganização foi uma consequência da crise na indústria da construção naval que pode ser explicada parcialmente da seguinte forma:

A. Uma frase que se ouve muito na boca dos operários mais velhos é: "Depois da guerra, em cada navio que se fazia, ganhava-se o seu valor em lucros. Onde é que ficou esse dinheiro?" Ele foi usado para encher as algibeiras dos accionistas e não para modernizar o sistema de produção. No Japão, por exemplo, foi isso que se fêz.

B. Depois da Crise do Suez, em 1967, originou-se de repente uma grande procura de navios tanques gigantescos. Podia-se fazer grandes lucros com esse tipo de navios e por isso investiu-se muito nos estaleiros que podiam fabricá-los(NDSM,Verolme Rozenburg). Por isso, nos anos setenta originou-se uma gigantesca sobre-capacidade.

A reorganização constou de liquidar a construção de novos navios de grande calado (NDSM, Verolme, P. Smit). Outros estaleiros tiveram que encolher ou desaparecer (Waalhaven, Gusto, Nieuwe Waterweg e outros). Milhares de metalúrgicos foram atirados para as pensões de desemprego. Só Van der Giessen de Noord ficou como construtor de navios de médio calado. Além disso ainda restou a construção de barcos de dragagem (IHC), pequena marinha mercante e outros que tais.

Na RSV a reparação de navios ficou de pé e continuou a ser importante. Mas entre 1975 e 1979 a parte de construção de barcos de guerra na RSV aumentou de 10 para 25%. Isto é o que a gente chama de militarização da indústria de construção naval. De facto, as empresas Schelde, Wilton Feyenoord e RDM, as maiores empresas da RSV, são só de construção de barcos de guerra.

Van der Giessen-de Noord

Estes desenvolvimentos também se fizeram sentir em Van der Giessen de Noord. Em GN são fabricadas draga-minas de poliester reforçado com fibra de vidro. O primeiro foi deitado à água em Maio.

Tal como na RSV, a crise obrigou à procura de novas possibilidades de investimento. A Armada Real assegura uma venda fixa. Já foram encomendados quinze barcos à GN. Além disso a margem de lucro está garantida.

No mercado internacional há pouca concorrência de países com salários baixos. Isto por causa de se tratar de um produto avançado, para o qual é necessário muito conhecimento e pessoal altamente qualificado. A Armada Holandesa tem bons contactos com a Indonésia. Por isso, a Indonésia

já encomendou dois barcos. A Armada Real está disposta "a esperar" algum tempo. A GN já nos anos cinquenta e sessenta convertia barcos de madeira em draga-minas, para a Holanda. A GN era, portanto, já há muito tempo um estaleiro da Armada e tinha experiência específica com draga-minas. Além disso, a GN também tem experiência com poliester. Durante algum tempo construiu iates de recreio. Foi por isso que o projecto totalmente novo de draga-minas de poliester coube à GN.

Stuff-bunker é como é chamada a secção da Armada da GN por alguns trabalhadores. Isso é por causa do mau cheiro que há lá dentro, devido aos vapores de estireno. É um grande barracão-oficina, todo cercado. Fortemente vigiado, entre outros por um sistema de passes e controle do BVD.(3) Por causa disso, já houve um despedimento político. A política de recrutamento do pessoal para esta secção é dirigida para pessoas fora da indústria de construção naval. Ex-desempregados, pasteleiros, trabalhadores da indústria hoteleira, etc. Por outras palavras, pessoas de fora da indústria, sem muita tradição sindical e de luta; uma estratégia conscientemente escolhida. Numa certa altura também foram admitidas mulheres. "Porque" disse a direcção, "não encontrávamos ninguém"(!)

A direcção tenta manter os trabalhadores da secção da Armada separados dos outros, por meio de uma cantina própria, um boletim do pessoal só para eles, etc. O trabalho sindical na secção da Armada é tornado muito mais difícil.

A produção de poliester origina estireno. Essa substância ataca a hereditariedade! São conhecidos casos de mulheres que tiveram perturbações da menstruação. Mulheres grávidas não podem trabalhar lá. Gastou-se muito dinheiro num sistema de aspiração do estireno, mas mesmo assim os quadros que lá trabalham querem saber tudo acerca da matéria. Especialmente, os danos para a saúde a longo prazo, ainda não se sabe nada acerca deles.

Acção contra a produção para a Armada indonésia

O Comité Indonesia distribuiu panfletos à porta, por duas vezes, para protestar contra o fornecimento de draga-minas à Indonésia. Da primeira vez houve também uma notícia na imprensa e, como resultado disso, perguntas no parlamento.

Especialmente no estaleiro "normal", onde também trabalham muitas pessoas originárias das Molucas e outros indianos, tivémos bom acolhimento. Além disso esta questão foi tratada informalmente na direcção do Grupo Sindical. A Comissão de Trabalhadores tem a mesma opinião que o ministro Van der Stoel, nomeadamente que se trata de uma arma defensiva.

Nesta acção, as objecções vieram principalmente dos trabalhadores da secção da Armada da GN. As mais importantes são:

- Se não as fazemos aqui, fazem-nas noutro lado! A resposta a isto é: tem que haver um começo. Contactos internacionais do movimento pela paz, do movimento de solidariedade com a Indonésia, por exemplo, e do movimento sindical são com certeza importantes.
- Vocês estão a tirar-me o pão!. Resposta: primeiro que tudo temos que traçar um limite. O teu ou o meu pão pelo custo de um trabalhador morto do outro lado do mundo, isso já é demais. Em segundo lugar: com certeza que tem que haver uma alternativa: é uma necessidade inadiável que se estude as possibilidades de conversão. O trabalhador comum não pode ser a vítima: ou outro trabalho ou/reconversão.
- O draga-minas é uma arma defensiva. Resposta: num país composto de ilhas como a Indonésia pode muito bem ser usado para combater a guerrilha e para fins de sabotagem. Além disso, a Armada holandesa faz parte da NATO sob o comando dos EU (Reagan).
- Pode-se boicotar tudo e mais alguma coisa. Resposta: tem que se ser cuidadoso no uso de uma arma como o boicote: é preciso ponderar bem.
- O comité compõe-se de gente subversiva, tal como Onkruit[4] e ocupantes de casas e outros que tais. Infelizmente parece que a cúpula da FNV pertence ao grupo de pessoas que pensa desta maneira.

Outra acção foi a dos Jovens Anti-Militaristas de Alblasserdam[5] aquando do lançamento à água do primeiro draga-minas. Eles trouxeram cartazes com as seguintes frases: "Não queremos dar dinheiro para a violência bélica", "A farda da Armada não te assenta bem", "Vamos passar a vassoura pela indústria de guerra".[6] Esta demonstração pacífica foi violentamente dispersa por um grupo de jovens extremistas de direita, sob o vigilante olhar da polícia em força de combate.

A informação dirigida aos trabalhadores foi positiva. Foram distribuidos panfletos à porta por jovens que trabalham na GN, entre outros. O argumento de que "este grupo de acção não tem nada a ver com a empresa" ficou assim sem valor. E também o de "Bem se vê que não têm nada que fazer. Vão mas é trabalhar", porque foi isso o que eles fizeram um quarto de hora depois. No panfleto foi claramente feita a ligação entre os custos elevados e as jantaradas de luxo para os distintos convidados do lançamento à água, enquanto que os trabalhadores têm que apertar o cinto. Isto colheu muita adesão no estaleiro. O panfleto não era muito claro sobre o draga-minas. Falava-se lá da indústria de guerra e na conversão para postos de trabalho alternativos.

Estas duas acções de grupos diferentes, completaram-se. Deviam-se fazer mais acções destas.

A posição dos sindicatos

1. A Comissão de trabalhadores preocupa-se, demasiadas vezes, mais com o "interesse da empresa" do que com o interesse dos trabalhadores. Isso já está à vista noutros campos, como reorganizações e coisas parecidas. Em geral, podemos dizer que a CT, na realidade, não manda muito. Ela só tem licença para entrar na discussão sobre problemas marginais. As resoluções sobre investimentos são tomadas pela direcção. Na discussão acerca de conversão isto é importante. A direcção prefere, naturalmente, que a CT esteja de acordo com ela.

2. A direcção do grupo sindical foi informada por uma brochura do Comité Indonésia. A maior parte dos membros têm muito medo de discussões. As causas disto: o estarem conscientes que as cúpulas do sindicato não gostam das iniciativas referentes a estes casos; medo de isolamento em relação aos colegas de trabalho e, para os que trabalham na secção da Armada, também, naturalmente, medo do desemprego.

3. A União dos Sindicatos da Indústria da FNV adopta uma atitude muito reservada e às vezes até hostil em relação às iniciativas de grupos de acção. Groeneveld (7) também os vê como "construtores de celas". Na GN um trabalhador enviou, há já algum tempo, uma carta sobre o fornecimento à Indonésia, ao "De Moker", o boletim do grupo de sindicalistas da empresa. O chefe de distrito recusou-se teimosamente a publicar a carta! Nem sequer com uma explicação no fim, como a redacção ainda propôs. Isso era visto como uma tentativa de "grupos de acção" (o Comité Indonésia) para pôr "De Moker" ao serviço dos seus próprios fins políticos. E o autor da carta até nem tinha nada a ver com o Comité Indonésia! (Aliás, na capa do "ZIN", no ano passado, pouco tempo antes das eleições, via-se uma grande foto de Den Uyl e um cartaz do PvdA. Mais tarde foram apresentadas desculpas, mas isto é um caso típico da situação que reina na União dos Sindicatos da Indústria. Quem pensa de maneira diferente é dificilmente tolerado).

Este caso do "De Moker" foi mais um dos muitos que já tinham acontecido. Motivo para a redacção se pôr a andar por causa de censura inaceitável do distrito.

Um facto positivo é que a cúpula do sindicato começou com um estudo sobre as possibilidades de conversão dos estaleiros da Armada da GN. O administrador teve que reconhecer que a pressão exercida pelos grupos de acção com certeza contribuiu para isso. Mas também quanto a isto é a delegação distrital que conserva a supervisão absoluta dos trabalhados. Desta maneira, os sócios e os quadros são tratados como menores. Uma maneira de agir que o próprio sindicato diz querer combater nas empre-

sas.

Além disso, as cúpulas do sindicato estão demasiado estreitamente voltadas para a defesa dos postos de trabalho. Naturalmente que a União dos Sindicatos da Indústria tem que tomar em conta milhares de sócios que trabalham na indústria de guerra, mas tem que haver um limite. É perfeitamente ridículo o que aconteceu na altura da encomenda dos submarinos para a Formosa, em que a União dos Sindicatos dos Transportes era contra o fornecimento e a União dos Sindicatos da Indústria era a favor, quando as duas pertencem à mesma central sindical, a FNV. Será que o sindicato esqueceu a causa da libertação dos trabalhadores como classe? Não é demais dizer:"O que interessa não é o fim por que lutamos mas o lugar que ocupamos"?

Mas apesar de tudo as organizações sindicais continuam a ter uma importância essencial na luta social.

Conclusões

1. Os sindicatos têm que começar a tomar uma posição de princípio sobre o armamento e a indústria de guerra. Baseados numa escolha radical pela libertação do trabalho e pela solidariedade internacional./Isto acarreta que os sindicatos terão que cortar muitas ligações que presentemente têm com as empresários.

2. Na GN o valor da produção civil, por ano e por cabeça, é de 170 000 florins. Em empresas normais são precisos 100 000 florins. Portanto, muitas armas, pouco trabalho.

3. Tem que se trabalhar duramente na procura de possibilidades de conversão, senão o movimento sindical será atirado contra o movimento pela paz.

4. Para realizar a conversão é necessário um movimento sindical combativo e anti-capitalista. E o primeiro requisito para isso é que a FNV destrua o seu sistema burocrático. Agora, os grupos para a paz e os grupos do terceiro mundo têm que contactar não só com os funcionários sindicais, mas também e principalmente com quadros activos e trabalhadores nas fábricas e com grupos da oposição como os Preocupados da FNV.

Em segundo lugar o sindicato terá que ganhar a confiança dos trabalhadores que ele perdeu pela sua actuação permissiva para com os empresários. Se o sindicato não disser adeus à sua política de apertar o cinto, os trabalhadores também não ficarão muito inclinados a acreditar nas suas histórias.

5. A conversão só pode ser arrancada por um sindicato combativo, juntamente com reivindicações extremas como autogestão (que é diferente da CT existente). Se conseguirmos chegar a essa fase, também será possível a discussão sobre manter a indústria de armamento para se poder fornecer

a movimentos de libertação.

6. Tem que se exercer pressão política no parlamento e/ no governo contra o fornecimento à Indonésia. Mas as actividades dirigidas às empresas, isto é, às pessoas que lá trabalham, essa deve ser a tarefa mais importante, apesar de sabermos que ela é difícil.

7. Colaboração entre grupos do movimento para a paz e anti-militarista, do movimento sindical e do movimento do terceiro mundo, é uma necessidade inadiável.

Notas da tradução

1) Guerra da independência da Indonésia.

2) Processo apresentado no tribunal com o fim principal de se saber qual é a sentença. Da próxima vêz que houver um caso parecido, a sentença será igual, segundo o princípio de que a lei é igual para todos.

3) Serviço de segurança para o interior. Serviço secreto holandês.

4) Organização muito conhecida na Holanda, de anti-militaristas, que pratica a chamada "objecção total".

5) Cidade onde se situa a empresa Van der Giessen-De Noord.

6) Tradução não literal. Literalmente seria: "Vamos passar o varredor pela indústria de guerra." "Varredor de minas" é o nome popular do draga-minas.

7) Sindicalista muito conhecido na Holanda.